

feam

Processo n.º00376/2001/002/2002

Ref. Auto de Infração n.º: 1039/2002

Pedido de reconsideração apresentado por Departamento de Estradas de Rodagem/DER-MG.

PARECER JURÍDICO

I) RELATÓRIO

1 – O Empreendimento foi multado em 07-11-2003 como incurso no inciso 6, do § 3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido as seguintes irregularidades, *in verbis*:

“§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;”

2 – O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, com a documentação exigida. Tempestivamente, o autuado apresentou seu pedido de reconsideração, alegando, em síntese, que quando da visita dos técnicos da FEAM à obra, os serviços ainda não haviam sido concluídos, o que se deu após a inauguração da obra.

3- Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Pedido de Reconsideração não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito a decisão proferida pela CIF/COPAM.

II) CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que o recorrente não trouxe a este órgão ambiental dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à URC/COPAM do Sul de Minas, recomendando o seguinte:

⇒ o indeferimento do Pedido de Reconsideração, com manutenção da multa aplicada.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 5 de maio de 2009.

Daniela Nogueira de Almeida
Consultora Jurídica
OAB/MG 74367

Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Protocolo nº: 035094/2009	17
Divisão: 1º	FL. Nº
Mat. _____	Visto _____

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Processo nº: 376/2001/002/2002

Assunto: Auto de Infração nº 1039/2002

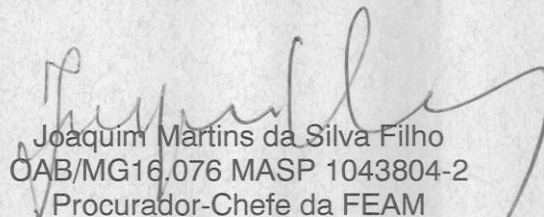
Interessado: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM/DER.MG.

ADENDO AO PARECER JURÍDICO

Tendo em vista a modificação do Decreto nº 39.424/98 pelo Decreto nº 44.309/06 e atualmente em vigor o Decreto nº 44.844/08; considerando a Nota Jurídica de nº 2.036 de 28 de agosto de 2009 da Advocacia Geral do Estado; considerando o disposto no art. 96 do Decreto nº 44.844/08 que altera o valor da multa com a incidência do valor mais benéfica ao autuado, a multa a ser aplicada é de **R\$20.001,00**, pela **Unidade Regional do COPAM do SUL DE MINAS**.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2010.


Joaquim Martins da Silva Filho
OAB/MG16.076 MASP 1043804-2
Procurador-Chefe da FEAM